

ATA DA LXXVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

LOCAL: Sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Saúde
Rua Esteves Júnior, 160 - 8º Andar - Centro - Florianópolis

DATA: 13/03/02

HORÁRIO: 14:00h

PRESENTES

Secretaria de Estado da Saúde:

Norival Silva, Luiz Henrique Saliba, Rúbia Mara Duarte, Daisy Kretzer da Silva, Andrea Borb, Jocélio Voltolini, Flávio Betti da Cruz, Clésio A. Espezim, Sílvia Giongo.

Conselho de Secretários Municipais de Saúde:

Edson José Adriano (Blumenau), Teresinha Niehues (São Pedro de Alcântara), Eroni Coelho (Içara), Marlene Possan Foschiera (Chapecó), Carla Roberta Ludka (Bela Vista do Toldo), Silvano de Pariz (Quilombo), Tânia Eberhardt (Joinville), Aline Mainardi (Schroder).

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A LXXVIII Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 14:00 horas sob a coordenação de Norival Silva, com a presença dos membros acima descritos e do Ministério da Saúde, representado por Maria Helena Brandão, Regina Nicoletti e Lúcia Paiva .

ITEM I - IMPLEMENTAÇÃO DA NOAS: PROGRAMAÇÃO PACTUADA E INTEGRADA; PARÂMETROS ASSISTENCIAIS E AVALIAÇÃO DA PLENAS

A representante do Ministério da Saúde, Maria Helena Brandão, de posse da palavra, falou sobre a importância deste momento que estamos vivendo no Brasil, de se ter um planejamento orgânico, coordenado, entre as três esferas de governo e pactuado entre as mesmas. Ela acredita que estamos vivendo uma experiência em que o acordo na Tripartite, a aprovação no Conselho Nacional e a publicação da NOAS 01/2001 e agora da NOAS 01/2002, trouxe algumas alterações nos pactos, e que, portanto os gestores passam a ter um instrumento de planejamento, que busca ampliar e melhorar a qualidade do acesso da população, independente do local de moradia. Isto porque estamos trabalhando num sistema de referência e garantindo o fluxo sistemático entre os gestores e, por outro lado, estamos implementando o instrumento da PPI, que tem como finalidade dar transparência à alocação de recurso, independente da gestão do município. Ela salientou que, do ponto de vista do Ministério, é a PPI que garante a transparência da alocação do recurso, e o instrumento com o qual se pode contar, sendo que a participação do COSEMS, na definição dos parâmetros, na alocação do recurso, é fundamental. Lembrou que os estados em Gestão Plena do Sistema tiveram um prazo até 31 de dezembro, e esse prazo foi estendido pela Tripartite até dia 28 de março, para se adequarem à NOAS. Adequar à NOAS significa ter o PDR completo, a PPI, o PDI e a Avaliação das Plenas. A representante do Ministério falou que, com o prazo que SC está hoje, e se empacar a macroalocação, dificilmente o grupo técnico conseguirá fechar a PPI nesse prazo. Mas a sinalização disso, a ser negociada na Tripartite, é perfeitamente possível. Finalizando, pediu um esforço da Bipartite para que seja feita a implantação da NOAS, destacando sua importância para o Ministério da Saúde.

O Coordenador Cib/SES, Norival Silva, colocou em discussão a implementação da NOAS.

O Coordenador Cib/Cosems, Edson Adriano, tomou a palavra para expor a posição do COSEMS, que esteve em reunião prévia, no dia anterior e no período da manhã do dia 13/03/02, na qual decidiram que não dariam prosseguimento às discussões dos itens de pauta, uma vez que surgiu a informação de que o Estado recebeu em setembro do ano passado, através da Portaria 71, um valor de R\$ 1.492.000,00/mês, que veio para o teto de Santa Catarina e que não passou pela Mesa da Bipartite para pactuação. Sendo que em sete meses perfaz um total de R\$ 10.451.000,00. O Coordenador Cib/Cosems fez um pedido em nome do Conselho de Secretários para que a Secretaria da Saúde explique como e onde esse recurso foi utilizado. Por fim, ratificou a posição do COSEMS de não deliberar nesta reunião as questões referentes à PPI, Parâmetros Assistenciais e Avaliação das Plenas.

O Coordenador Norival apontou a existência de dois problemas que precisam ser resolvidos pela mesa da Bipartite: a PPI e as explicações sobre a Portaria 71. Ressaltou que não dá para avançar, sem antes resolver estes assuntos, mas que é imprescindível que sejam discutidos hoje para que não se perca mais tempo. Ele explicou que a Portaria 71 é resultado de negociação feita com o Ministério da Saúde. O Coordenador Cib/SES pediu ao Diretor de Planejamento da SES, Clésio Espezim, que fizesse uma apresentação resumida da aplicação dos recursos, destacando o fato de que os recursos não desapareceram e que estão no sistema. Solicitou que daqui para frente se inclua esse valor de R\$ 1.492.000,00 no teto e se programe com transparência. Norival fez um apelo ao COSEMS, tendo em vista que a SES não cometeu nenhuma ilegalidade, nenhuma irregularidade na aplicação desses recursos.

Pediu a compreensão dos Secretários para aprovar o trabalho feito pela comissão técnica que foi composta por técnicos dos municípios e do Estado, para avançar na programação desse dinheiro. O Coordenador propôs que fosse realizada na próxima semana uma reunião extraordinária da CIB junto com o COSEMS para explicar minuciosamente a aplicação dos recursos.

A Secretária Marlene (Chapecó) pediu a palavra para ratificar a posição do COSEMS, salientando que não havia motivo para ficarem na reunião. Falou ainda que o COSEMS estava disposto a uma outra reunião, sendo que não se estava discutindo o desvio de recursos, e sim o que diz respeito à mesa, uma vez que em novembro os municípios estavam discutindo a dificuldade de recursos para diversos fins e nunca foi colocado que o Estado tinha dinheiro do Ministério. Ela falou que é uma questão de princípios de construção e consolidação do Sistema Único de Saúde e que se tem que dar tempo para o Estado dizer para onde foi esse recurso, mas acima de tudo tem-se que repactuar retroativamente. Disse ainda que o COSEMS fez uma reunião, discutiu, mas entende que o Estado desrespeitou a pactuação feita na CIB. Ela sugeriu ao presidente do COSEMS que fosse agendada uma nova reunião para que se possa esclarecer tudo.

O Coordenador Cib/Cosems, Edson Adriano, disse que o COSEMS iria manter a posição de uma próxima reunião, mas que gostaria sim, de ouvir a apresentação que a SES teria para hoje, com a explicação que poderia gerar até um esclarecimento total para o fato. No entanto, reforçou que o COSEMS não iria deliberar no dia de hoje e que o mesmo está disposto a sentar e fazer uma nova reunião.

Maria Helena contou que toda sua história de vida se fez na construção da descentralização, que defende esses fóruns e que concorda com a Secretária Marlene de que temos que tomar conta deles, porque o esforço de decidir coletivo é muito difícil, a tendência de decidir isolado é grande. Maria Helena destacou a importância do COSEMS de dar um "brak" e querer saber o que aconteceu. Disse ainda que por outro lado, é um exercício para o Estado organizar e vir dar explicação a esta mesa, e que ao Ministério interessa também saber, acompanhar. Ela apontou que existem municípios que não estão em plena hoje e que não sabem qual o recurso destinado a eles, nem para decidir se entra ou não em Plena. E que essa PPI pode dar a esses municípios possibilidade dessa decisão, porque hoje quem tem teto definido é só o município em Plena. Os outros têm teto num bolo de dinheiro gerido pelo Estado. Ela chamou a atenção para que a aprovação da PPI não seja impedida. Ressaltou ainda que não consegue entender o porquê de adiar a possibilidade de dar continuidade ao trabalho, que aí sim, vai possibilitar ao município de saber onde está o dinheiro. Ela fez um apelo, como representante do Ministério, para que se considerasse essa proposta, para não adiar o início da PPI em Santa Catarina, e disse que o Ministério está disposto a participar da próxima reunião a ser marcada, porque Santa Catarina é provavelmente o único Estado, dos oito em Plena, que não vai cumprir com o prazo de 28 de março. Não que não seja possível um pedido junto à CIT de prorrogação, mas o problema é que, caso não se inicie, como se vai pedir um prazo para finalização?

O Coordenador Cib/SES passou a palavra para o Diretor Clécio fazer uma pequena abordagem da Portaria 71.

O Diretor de Planejamento disse que o objetivo é apresentar um plano de trabalho, de ação, visando à complementação de recursos para serviços de alta complexidade, com as necessidades relativas à manutenção das unidades próprias de saúde, as unidades hospitalares, que são 21. Explicou que desse plano constou a desconcentração dos serviços de saúde da capital, mais os novos serviços previstos no Plano Diretor de Regionalização, todos os serviços de alta complexidade na área de oncologia, cardiologia, UTI neonatal e adulto. Os recursos de R\$ 1.492.000,00, segundo Clécio, não foram pactuados em novembro porque já estava se prevendo a implantação da PPI, ainda no ano de 2001. Ele explicou ainda que os recursos foram utilizados para saldar o déficit de quimioterapia, radioterapia, cardiologia, de serviços já implantados no Instituto de Cardiologia, no Hospital Regional, no Hospital de Caridade. Enfim, foram utilizados em serviços de alta complexidade, nas diversas regiões do Estado. O Diretor de Planejamento propôs para a próxima reunião, de forma mais detalhada, apresentar onde foram gastos todos esses recursos. Para completar as informações, Clécio pediu para que Andreia, Gerente de Alta Complexidade, fizesse algumas considerações.

Andreia falou que foi encaminhado ao Ministério um projeto na área de alta complexidade para descentralizar, principalmente a área de cardiologia. Ela informou que em 2000 foram atendidos 2100 pacientes fora do Estado. Em 2001, essa situação já foi amenizada, ficando em 1.494. No mês de novembro e dezembro, o Instituto de Cardiologia, que é hospital do Estado, aumentou em valores financeiros R\$ 408.000, na sua produção, ou seja, atendeu 300 cirurgias e angioplastias no final do ano. A oncologia também teve um incremento na área hospitalar. A cardiologia, em Blumenau, já está trazendo algumas contas em virtude do que estava na pactuação, em Rio do Sul, também. Foi feito um projeto macro com esse recurso, ou seja, para todo o Estado. Desta forma também estaria contemplada a questão de Joinville. A outra situação é exatamente a questão que se estava aguardando: a da pactuação da PPI, para alocar esses recursos também com a lógica dentro dos parâmetros assistenciais.

O Coordenador Cib/SES retomou a palavra e propôs para a próxima reunião, em 19/03/02, que a SES faça uma apresentação detalhada da aplicação dos recursos da Portaria 71. Mas também fez uma apelo para que se pudesse autorizar o início da PPI em Santa Catarina, nesta reunião, para que se possa ficar tranquilo em relação à pressão de tempo, que poderá cair sobre a SES, sobre o COSEMS. Destacou que a fundamentação lógica não está sendo colocada com clareza.

O Coordenador Cib/COSEMS falou que reconhece todo o esforço dos técnicos dos dois lados da mesa, a realização do trabalho de estabelecer e definir os parâmetros assistenciais, e que esse processo precisa

realmente avançar, consolidar o Sistema Único em nosso Estado. No entanto, argumentou que é também em nome dessa consolidação, que entende que houve nesse momento uma solução de continuidade numa relação de confiança que tem que existir permanentemente na mesa de pactuação. Diante disso, propôs à SES uma nova reunião, também na terça-feira, dia 19, onde se esclareça um pouco mais ou totalmente essa situação, já que se está falando de R\$ 10.492.000,00. E reafirmou a posição do COSEMS de, em seguida aos esclarecimentos da 71, executar e colocar em deliberação a Programação Pactuada e Integrada, os parâmetros assistenciais, e a questão da avaliação dos 11 municípios, que hoje são Atenção Básica e deverão passar à Plena do Sistema Municipal de Saúde. O Coordenador Cib/SES lamentou pela posição do COSEMS em relação ao assunto, e disse que não vê como uma reunião postergada para a semana seguinte possa alterar a decisão que vai ser tomada em relação à PPI, já que esta é fruto de um trabalho conjunto entre Secretários Municipais de Saúde e a SES.

Maria Helena pediu para que os dois lados da mesa ponderassem suas decisões e lamentou que, apesar da presença do Ministério, não se está conseguindo chegar a um consenso. Salientou que não tem nada mais importante para um gestor do SUS, seja ele municipal, estadual ou federal, do que dar condução às questões que são de nossa responsabilidade. Levar ao impasse, simplesmente pelo impasse, não resolve nada, e acrescentou que o jogo político é extremamente salutar, a mesa de negociação é tensa, e por isso é tão interessante, sendo que a maior riqueza do SUS é o jogo da Tripartite, porque há interesses diferentes, mas não excludentes, e toda vez que nossos interesses ficam excludentes, a população perde. Maria Helena perguntou ao COSEMS, se caso não ficasse satisfeito com as explicações da SES, com relação à aplicação dos recursos, se impediria a aprovação da PPI e a possibilidade de dar transparência para o processo daqui para frente. O Presidente do COSEMS, Edson Adriano, respondeu com outra pergunta ao Ministério: Qual seria a posição do Ministério, caso as explicações da SES não fossem totalmente esclarecedoras? Maria Helena respondeu que, caso isso ocorra, os caminhos e os trâmites estão dados pelas próprias normas que estão em vigor. Ela destacou que a PPI interessa a quem executa o serviço, e a maioria dele está sendo executada pelos municípios. Adiar a PPI é adiar a transparência dos recursos em Santa Catarina.

A Secretária Marlene disse estar constrangida porque parece que o COSEMS não quer aprovar a PPI, e não é isso. Disse que COSEMS estava apenas usando como estratégia não deliberar, para que a SES se sinta na obrigação de dar explicações do uso do recurso.

O Coordenador Cib/SES acatou a proposta do Cosems, que é de marcar uma reunião para 19/03/02, tendo como primeiro item de pauta a aprovação da PPI e como segundo, a apresentação da Portaria 71. Nada mais havendo a tratar, eu, Marcelo Pinter, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

Florianópolis, 13 de março de 2002.